

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 30. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Forense, 2020.

DINIS, Maria Helena, Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 27. ed. São Paulo: Ed Forense, 2019.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão e dominação. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 25. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Saraiva, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 44. ed. Salvador: Juspodivm, 2019.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito. 43. ed. São Paulo: Forense, 2020.

PARÁ, Lei nº 9.161, de 13 de janeiro de 2021, Dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, 2021.

RAMOS, Dircêo Torrecillas; ROTH, Ronaldo João (coord.). Direito Militar: doutrinas e aplicações. 1. ed - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TRINDADE FILHO, João Cavalcante. Processo Administrativo. 3. ed. Salvador: JusPodium, 2012.

22-Disciplina: Direito Constitucional - 20h/a

Objetivo: Estudar, criticar e explicar o Direito Constitucional e a Teoria da Constituição de acordo com uma perspectiva jurídico-positiva, apresentando a Constituição como sistema aberto de princípios e regras, sempre buscando uma aproximação com o Direito Constitucional Positivo Brasileiro.

Conteúdo: Apresentação da ciência do Direito Constitucional e da Teoria da Constituição, enfatizando o conceito, as funções, os tipos e a evolução das Constituições, analisando a teoria do Poder Constituinte, da norma constitucional e a teoria geral dos princípios e direitos fundamentais, conciliando os aspectos vinculados à teoria constitucional com uma análise do Direito Constitucional Positivo Brasileiro. Dispositivos constitucionais que regulam a atividade Bombeiro Militar: Constituição Federal; Constituição Estadual dos principais direitos e deveres individuais e coletivos; Dos direitos sociais aplicados aos agentes de segurança pública;

Referencial Bibliográfico:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 14ª edição São Paulo: Malheiros, 2019.

MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. 5ª edição Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 9ª edição Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

23-Disciplina: Direitos Humanos - 20h/a

Objetivo: Capacitar o aluno a conhecer os Direitos Humanos como forma de garantir o atendimento adequado para promoção e proteção às comunidades em maior risco de vulnerabilidade social nas ações da função de Bombeiro Militar, bem como a aplicação de mecanismos necessários a sua implementação em uma sociedade democrática.

Conteúdo: Arcabouço Jurídico: Direito Internacional: Conceito, fontes e responsabilidade dos Estados. Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Direitos humanos. Premissas básicas na aplicação da lei: Aplicação da lei nos Estados Democráticos; Conduta ética e legal pela aplicação da lei; Grupos Vulneráveis. Responsabilidades básicas da atividade policial: Prevenção de detecção do crime; Manutenção da ordem pública. Poderes básicos na aplicação da lei: Definições, captura, detenção uso da força e arma de fogo. Comando, gestão e investigação de violação dos direitos humanos: Procedimentos de supervisão e revisão, Mecanismos de investigação de violação dos direitos humanos. Estudo de caso.

Referencial Bibliográfico:

ALVES, Alexandre Antônio, CANEDO, Virginia, CORREIA, Ricardo Aureliano de Barros, MEIER JUNIOR, Erich, SOARES, Marcelo Falcão, VIANNA, André Luiz Rabello e XAVIER, Fábio Manhães. Cartilha para o Programa de Integração das Normas Internacionais de Direitos Humanos e Princípios Humanitários aplicáveis à função policial. CICV, 2007

POLICIA NACIONAL DEL PERU. Manual de derechos humanos aplicados a la función policial, 2006.

Tradução Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. 4ª edição. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Brasília - DF, 2005

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 14ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2007.

Anais da V Conf. Nacional dos Dir. da Criança e do Adolescente-Brasília, 2003. Palestra de Flávia Piovesan-<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/anais.pdf>.

ROVER, Cees de. Para servir e proteger. Direitos humanos e Direito Internacional Humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores. Tradução Sílvia Backes e Ernani S. Pilla. 4ª edição. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Brasília - DF, 2005.

24-Disciplina: Legislação de Trânsito - 20h/a

Objetivo: Propiciar a compreensão sistemática da legislação de trânsito, inserindo-a corretamente no contexto jurídico e compreendendo adequadamente a atribuição normativa dos órgãos de trânsito, procurando-se obter elementos mínimos do conhecimento jurídico, para a análise das questões de Direito civil, penal e processual, relacionadas ao Direito de trânsito e criar condições para a formação educacional, destinada à promoção da educação para o trânsito, na conformidade da lei; Possibilitar, por meio do conhecimento técnico, o controle do cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito; em especial o Código de Trânsito Brasileiro, com suas alterações, e as Resoluções do CONTRAN.

Conteúdo: Introdução a disciplina; Histórico da Legislação e da realidade da educação de trânsito; Sistema Nacional de Trânsito; Código de Trânsito Brasileiro; Legislação Transporte Terrestre: Habilitação Transporte de

Cargas; Legislação Transporte Terrestre: Habilitação Transporte de Cargas Perigosas; Legislação para Condutores de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros; Legislação para Condutores de Veículos de Transporte de Emergência.

Referencial Bibliográfico

ARAUJO, M. J. Trânsito Questões Controvertidas - Juruá Editora, Curitiba -PR, 2000.

DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Código. Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Departamento Nacional de Trânsito, 1997.

DENATRAN - Programa Brasileiro de Segurança no Trânsito, Ministério da Justiça, Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, Brasília, 1997.

Leis nº 9.602/1998; nº 10.350/2001; nº 10.517/2002; nº 10.830/2003; nº 11.275/2006; nº 11.334/2006; nº 11.705/2008.

Portarias do DENATRAN.

Resoluções do CONTRAN.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Apostila do Curso Condutores de Veículos de Emergência. Brasília. 2012

25-Disciplina: Sistema de Defesa Civil - 20h/a

Objetivo: Capacitar o aluno a conhecer as políticas nacional e Estadual de proteção e defesa civil, as atribuições do Sistema Nacional e Estadual de Proteção de Defesa Civil, compreender a organização da Defesa Civil no Brasil e no Estado do Pará e seus municípios, bem como os órgãos de apoio e de cooperação envolvidos no sistema de Defesa Civil. Conhecer e executar o ciclo de ações de gestão de defesa civil.

Conteúdo: Defesa Civil no Brasil: Histórico; Conceitos; Estudo dos Desastres; Conceitos de Desastre, de Risco, de Ameaça e de Vulnerabilidade; Classificação, Tipologia e Codificação e Desastres; Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE); Política Nacional de Defesa Civil; Legislação. Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC): Objetivo e finalidade do SINDEC; Estrutura do SINDEC; Política Estadual de Defesa Civil; Legislação. Sistema Estadual de Defesa Civil (SEPDEC) e o Conselho Estadual de Proteção (CEPDEC) Objetivo e finalidade e suas Estruturas; Ciclo de Gestão da Proteção e Defesa Civil, Gestão de Riscos de Desastres, Diferentes Ações do Ciclo de Gestão em Proteção e Defesa Civil, prevenção; mitigação; preparação; resposta; e recuperação.

Referencial Bibliográfico:

ASSUMPÇÃO, Rafaela Facchetti et al. Possíveis contribuições da integração das políticas públicas brasileiras à redução de desastres. Saúde em Debate, v. 41, p. 39-49, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 09 ago 2022.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. Módulo de formação: resposta: gestão de desastres, decretação e reconhecimento federal e gestão de recursos federais em proteção em defesa civil para resposta: apostila do instrutor. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

CIVIL, DEFESA. Sistema Nacional de Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional, 2010.

DE ESTUDOS, Centro Universitário. Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010: volume Brasil. Florianópolis: CEPED, UFSC, 2012.

FONTE, Felipe de Melo. Políticas públicas e direitos fundamentais. Saraiva Educação SA, 2017.

FURTADO, Janaína et al. Capacitação básica em Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre desastres. Edição, p. 30, 2013.

PARÁ. Lei nº 8.966, de 30 de dezembro de 2019. Institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil - PEPDEC. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, PA, 14 jan. 2021. Disponível em: < http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/lei_8.966_ppa.pdf>.

26- Disciplina: Treinamento Físico Militar - 60h/a

Objetivo: Capacitar os alunos para incentivar e acompanhar práticas de Educação Física como instrumentos de melhoria da qualidade de vida e de preparo físico aos militares no exercício da profissão no âmbito do CBMPA.

Conteúdo: Conceitos: Cenário da atividade física no âmbito do CBMPA. Valências físicas. Treinamento de força, resistência, cardiorrespiratório (Corrida e Natação), em circuito, intervalado e contínuo. Metabolismo, anabolismo e catabolismo. Balanço calórico (positivo, negativo, neutro). Frequência cardíaca (Máxima, repouso, treino). Noções de avaliação física. A Sessão de Treinamento Físico Militar: duração, frequência, aquecimento, alongamento, volta à calma. Ordem unida do TFM: vozes de comando, orientação espacial, corrida de tropa, canções militares. Patologias: Hipertensão arterial, diabetes, lesões músculo-articulares.

Referencial Bibliográfico:

Manual de Campanha C 20-20 - Treinamento Físico Militar, 4ª Edição, 2015; KATCH, M. Fundamentos de Fisiologia do Exercício. Guanabara, São Paulo, 2012; PMESP, Coletânea de Manuais Técnicos de Bombeiros, CONDICIONAMENTO FÍSICO, 1ª Ed, Vol. 31, SP, 2006.

EUGÊNIO, Gúido Geraldo. O treinamento de força no processo de envelhecimento e sua relação com a capacidade funcional. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2003.

Manual de Treinamento Físico Militar do CBMPA - Portaria 645, do CBMPA, de 26 de novembro de 2007.

27-Disciplina: Atividade de Inteligência e Sua Atuação no Âmbito do Corpo de Bombeiros Militar - 25h/a

Objetivo: Apresentar os principais conceitos da Atividade de Inteligência de Segurança Pública e interagir sobre operações e análise de inteligência no contexto do Corpo de Bombeiros Militar.

Conteúdo: Conceitos básicos de inteligência e contrainteligência. Opera-